

9.985/2000, Decreto Federal nº 4.340/2002.

14. Organismos geneticamente modificados (OGMs). Lei Federal nº 11.105/2005

15. Regime jurídico dos recursos hídricos. Código de Águas. Poluição da água. Proteção das águas doces. Política Nacional de Recursos Hídricos. Outorga, uso e cobrança da água.

16. Recursos Minerais. Pesquisa. Lavra. Participação do proprietário do solo (Lei Federal nº 8.901/94). O código de mineração.

17. Compensação Financeira sobre Exploração Minerária (CFEM). Lei Federal nº 7.990/89, Lei Federal nº 8.001/90 e Lei Estadual nº 6.710/05.

18. Jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria ambiental.

IX – DIREITO FINANCEIRO

1. A atividade financeira do Estado. Características. Fiscalidade e extra-fiscalidade. O Poder financeiro do Estado. Necessidades públicas e coletivas.

2. Direito Financeiro: conceito e natureza. Normas gerais de direito financeiro: competência legislativa. Princípios gerais.

3. Orçamento público: natureza jurídica, princípios e fases. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Orçamentos anuais. Vedações constitucionais. Créditos adicionais. Da Reserva do Possível.

4. Receita Pública: ingressos públicos. Classificação. Fases da receita pública.

5. Dívida Pública: classificações. Títulos públicos. Crédito público: classificação. Empréstimos: limites de endividamento, garantias, contratos - autorização legislativa e competências. Natureza jurídica.

6. Preços públicos.

7. Despesas públicas: classificação. Fases da despesa pública. Requisitos políticos e jurídicos para realização da despesa pública.

8. Gestão patrimonial. Fundos especiais. Suprimento de fundos.

9. Fiscalização contábil, financeira, patrimonial e orçamentária. Controle interno e externo: conceitos, atribuições e relações entre ambos. Regramento constitucional.

10. Tribunal de Contas. Natureza jurídica. Competências. Controle de constitucionalidade.

Decisões e Recursos. Relações com os Poderes, Ministério Público e Procuradoria Geral

do Estado. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.

11. Levantamento de contas: Prestação e tomada de contas - distinção e espécies.

Julgamento pelo Tribunal de Contas. Efeitos políticos, administrativos e civis das decisões dos tribunais de contas.

12. Lei n.º 4.320/64. Resoluções do Senado Federal n.º 40/2001 43/2004, 03/2002 e 05/2002, e alterações posteriores.

13. Responsabilidade na Gestão Fiscal. Lei Complementar n.º 101, de 04.03.2000. Limites

fiscais. Transparência pública. Responsabilidade penal (Lei n.º 10.028, de 19.10.2000),

administrativa e financeira para o Gestor e para o Ente público.

14. Jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria financeira.

X - DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Direito do Trabalho: conceito, princípios, características, autonomia.

2. Fontes formais do Direito do Trabalho. Conceito, classificação e hierarquia. Conflitos e suas soluções.

3. Hermenêutica: interpretação, integração e aplicação do Direito do Trabalho. O papel da equidade. Eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço. Revogação. Irretroatividade. Direito adquirido.

4. Trabalho Temporário. Estágio. Cooperativa de mão-de-obra, terceirização da prestação dos serviços. Responsabilidade do tomador dos serviços. Responsabilidade do Estado em face de prestadores de serviços.

5. Relação de emprego. Natureza jurídica. Contrato individual de trabalho: conceito, classificação, caracteres, objeto, forma, sujeitos, obrigações e direitos do empregado e do empregador, alteração lícita e ilícita, interrupção, suspensão, modos de extinção e suas obrigações decorrentes. Aviso prévio. FGTS. Contrato de trabalho e contratos afins.

6. Tipos de empregador. Grupo de empresas, solidariedade. Sucessão de empresas. Poder disciplinar.

7. Salário e remuneração. Formas de salário e remuneração. Salário-mínimo. Salário normativo. Gratificação de Natal.

8. Estabilidade e garantia de emprego. Extinção do estabelecimento.

9. Contrato de trabalho com Estado, suas Autarquias, Fundações

e integrantes da Administração Pública Indireta. Servidores regidos pelo Regime celetista na Administração Direta e Indireta do Estado.

10. Duração do trabalho. Jornada normal e extraordinária. Horas extras. Jornada noturna e Adicional Noturno. Duração semanal do trabalho. Trabalho por turnos. Trabalho em regime de tempo parcial. Repouso semanal remunerado, férias.

11. Segurança e higiene do trabalho. Labor em circunstâncias nocivas e perigosas à saúde do empregado. Periculosidade e insalubridade. Adicionais de insalubridade e periculosidade.

12. Os sistemas de organização sindical. A organização sindical brasileira. Natureza jurídica do sindicato. Entidades sindicais de grau superior. Enquadramento e contribuição sindical. Unicidade sindical. Sindicalização do servidor público. Direito de Greve. Direito

de Greve do Servidor Público.

13. Convenção e Acordo coletivo do trabalho. Natureza jurídica. Conteúdo e efeitos. Evolução no direito brasileiro.

Contrato coletivo de trabalho. Limites à aplicação das normas convencionais. Mediação e arbitragem.

14. Dissídio individual. O Processo e procedimento dos dissídios individuais do trabalho. Princípios. Fontes. Nulidades. Prescrição. Preclusão. Decadência. Normas aplicáveis subsidiariamente

no processo do trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Modificações de competência. Exceções.

15. Provas no processo do trabalho: princípios, peculiaridades, oportunidade e meios. Interrogatório. Confissão e consequências. Documentos. Oportunidade de juntada.

Incidente de falsidade. Perícia. Sistemática de realização de perícias. Testemunhas. Ônus da prova no processo do trabalho.

16. Recursos no processo do trabalho. Princípios gerais. Requisitos de admissibilidade. Efeitos. Desistência e renúncia. Recurso adesivo. Privilégios do Estado.

17. Recursos em espécies: recurso ordinário, recurso de revista, agravo de petição, agravo de instrumento, agravo regimental. Embargos de declaração. Recurso extraordinário na Justiça do Trabalho e a repercussão geral. Reclamação Correicional.

18. Ministério Público do Trabalho. Organização. Competência. Atribuições. Lei Complementar n 75/93. Inquérito civil público.

19. Ação civil Pública. Legitimação. Substituição Processual. Condenação genérica e liquidação. Coisa julgada e litispendência.

20. Ação rescisória no processo do trabalho. Cabimento. Competência, fundamentos de admissibilidade. Prazo e procedimento.

21. Ações cíveis admissíveis no processo trabalhista. Ação de consignação em pagamento. Mandado de Segurança. Ação Monitória.

22. Ação anulatória de sentença e de cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho. 23. Antecipação de tutela. Cabimento de antecipação de tutela em face da Fazenda Pública.

24. Liquidação de sentença. Execução no processo trabalhista. Cumprimento da sentença e sincrismo processual. Embargos de Terceiros. Exceção de Pré-executividade e Embargos do devedor. Impugnação do devedor. Contribuições previdenciárias.

Execução por prestações sucessivas. Execução de obrigação de fazer e não fazer A execução das decisões proferidas contra pessoas jurídicas de Direito Público. O precatório requisitório. O pedido de ordem processual (Instrução Normativa nº 11 do TST).

25. Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Dissídios Coletivos. Classificação. Processo e procedimento dos dissídios coletivos. Competência para processá-los e julgá-los. Natureza jurídica e eficácia da sentença normativa. Recursos cabíveis. Ação de cumprimento.

26. Coisa julgada formal e material da sentença trabalhista. Acordos.

27. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho. Súmulas vinculantes do STF.

ANEXO II

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ PROCURADORIA GERAL DO ESTADO XVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DO ESTADO DO PARÁ

FICHA DE INSCRIÇÃO

Inscrição n.º _____ / PA

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Órgão Expedidor: _____

FOTO 3X4

Filiação: Pai: _____

Mãe: _____

Endereço: _____

Telefone residencial: _____

Telefone celular: _____

e-mail: _____

Declaro, para os devidos fins, concordância com os termos do Edital do XVIII Concurso para Provimento de Cargo de Procurador do Estado, publicado no DOE-PA nº de _____, preenchendo os requisitos do item da seção do mencionado edital, requerendo, a inscrição do referido certame.

Belém, _____ de _____ de _____

Assinatura do Candidato

Declaro, sob as penas da lei, ser portador(a) de deficiência

(_____ (

especificação da deficiência), enquadrada na categoria discriminada no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99, sendo compatível com as atribuições

do Cargo de Procurador do Estado, conforme laudo médico em anexo, requerendo prova especial

Belém, _____ de _____ de _____

Assinatura do Candidato

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
XVIII CONCURSO PÚBLICO PARA
PROVIMENTO DE
CARGOS DE PROCURADOR
DE ESTADO**

3X4

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Inscrição n.º _____ / PA

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Órgão Expedidor: _____

Belém, _____ de _____

de _____

Assinatura do Candidato

ATENÇÃO: A apresentação deste comprovante é obrigatória, juntamente com o documento de identificação, no local da prova.

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 274079

PORTARIA: 487/11-PGE.G

Objetivo: Deslocamento para recebimento de documentos

Fundamento Legal: Dec. 2819/94

Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL

Destino(s):

Belém/PA - Brasil<br

Servidor(es):

57214739/Marcos Aurélio Brito Nascimento (Motorista) / 0.5

diárias (Alimentação) / de 25/08/2011 a 25/08/2011<br

Ordenador: Carolina Ormanes Massoud

ADMISSÃO DE SERVIDOR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 273390

Órgão: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Modalidade de Admissão: Temporário

Ato: Contrato nº 02/2011

Data de Admissão: 18/08/2011

Nome do Servidor Cargo do Servidor Término Vínculo

Observação

Eder Lima dos Santos Auxiliar de Procuradoria 17/02/2012

Ordenador: Caio de Azevedo Trindade

ADMISSÃO DE SERVIDOR

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 273361

Órgão: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Modalidade de Admissão: Temporário

Ato: Contrato nº 01/2011

Data de Admissão: 18/08/2011

Nome do Servidor Cargo do Servidor Término Vínculo

Observação

Amadeu Chagas de Souza Auxiliar de Procuradoria

17/02/2012

Ordenador: Caio de Azevedo Trindade

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 274074

PORTARIA: 488/11-PGE.G

Objetivo: Para protocolo de petição

Fundamento Legal: Dec. 2819/94

Origem: CASTANHAL/PA - BRASIL

Destino(s):

Mãe do Rio/PA - Brasil<br

Servidor(es):